



# Urbanismo como Dispositivo?

Urbanism as Apparatus?

*Junia Maria Ferrari de Lima<sup>1</sup>, Escola de Arquitetura/UFMG,  
juniaferrari15@gmail.com*

---

<sup>1</sup> professora adjunta da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) e doutoranda do Núcleo de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da mesma instituição.

## RESUMO

De espaço do trabalho (cidades pré-capitalistas) a espaço da produção (cidades industriais), até os atuais espaços de consumo e concorrência (cidades neoliberais), o que temos visto historicamente nas nossas cidades é uma sucessão de acordos e alianças explicitados (ou não) na forma de planos e regras que, na maioria das vezes, acabam por fomentar práticas controladoras de uso e ocupação do solo. Ou seja, um urbanismo que atua, não como um meio democrático e emancipador de transformação do território, mas como um mecanismo a serviço de uma razão governamental que Foucault nomeia por *governamentalidade*. A hipótese a ser discutida é que o urbanismo tem se constituído historicamente como um *dispositivo* que opera a partir de práticas discursivas e não discursivas, e cujo objetivo (ou função estratégica) é o controle e a ordenação dos corpos no território - onde se trabalha, reside, circula, consome, etc.-, de forma a garantir a melhor economia para as populações. Este é o argumento que se vai procurar construir ao longo deste trabalho tendo como referencial teórico alguns conceitos de Foucault.

**Palavras Chave:** Urbanismo; Dispositivo; Governamentalidade

## ABSTRACT

From work spaces (pre-capitalist cities) through production spaces (industrial cities), until the current spaces of consumption and competition (neoliberal cities), what has been historically seen in our cities is a succession of agreements and alliances, which were made explicit (or not) under the form of plans and rules that, in most cases, end up promoting controlling practices of land use and occupation. In other words, an urbanism that does not perform as a democratic and emancipatory means of transformation of territory, but rather as a mechanism in the service of a governmental rationality called "governmentality" by Foucault. The hypothesis highlighted in this article is that urbanism has been historically constituted as an *apparatus* that operates according to discursive and non-discursive practices and that has as its objective (or strategic function) the control and ordination of bodies on the territory - where one works, lives, circulates, consumes, etc.-, in order to ensure optimal economy for the populations. Therefore, the presente work aims at this argument, having foulcauldian concepts as theoretical framework.

**Keywords/Palabras Clave:** Urbanism; Apparatus; Governmentality

## INTRODUÇÃO

De espaço do trabalho (cidades pré-capitalistas) a espaço da produção (cidades industriais), até os atuais espaços de consumo e concorrência (cidades neoliberais), o que temos visto historicamente nas práticas urbanísticas das nossas cidades é uma sucessão de acordos e alianças explicitados (ou não) na forma de planos e regras que, na maioria das vezes, acabam por fomentar formas controladoras de uso e ocupação do solo.

No que diz respeito às reflexões teóricas sobre essas práticas persiste uma tendência que se orienta pela crítica aos modelos econômicos, vistos como principais indutores dessas transformações. Para Foucault a economia política é, sem dúvidas, elemento fundamental na orientação das práticas governamentais, com desdobramentos evidentes sobre a ordenação do território. Entretanto, ele propõe uma reflexão diferente que destitui o modelo econômico da condição de externalidade e de princípio organizador dessas práticas e o desloca para uma condição de princípio de limitação interna de uma determinada “razão governamental” a qual ele nomeia por “governamentalidade”. Esta mudança de perspectiva não nega a existência das classes e de suas lutas, mas as insere numa condição diferente do que nos acostumou a história tradicional, ou seja, a luta de classes passa a ser entendida como uma das muitas lutas que também se fundamentam nas relações de poder (disputas de gênero, de raça, de religião, etc.).

Esse deslocamento abre-nos um outro campo de análise da cidade para além da perspectiva exclusivamente econômica, ou seja, aponta-nos uma outra direção que tem como princípio orientador as lutas e disputas que ali se dão, sejam elas em favor de uma razão de Estado, ou a partir das diversas formas de resistência. Para Foucault o poder não é monopólio de uma classe ou do Estado e de suas instituições, mas uma relação dinâmica que parte também dos menores pontos – microfísica do poder. Interessa-nos aqui aprofundar a discussão nas disputas que se dão no sentido de garantir a governamentalidade, entendendo que o território (e também o urbanismo) tem aí papel fundamental.

Segundo afirma Foucault, as relações de poder que se configuram a partir do sec. XVII<sup>2</sup> se definem como modos de ação que não atuam direta ou indiretamente sobre os outros mas sobre suas ações (FOUCAULT, 2013, p.289). Há nesta afirmativa duas questões importantes a serem evidenciadas. Em primeiro lugar o caráter relacional do poder, entendido enquanto dinâmica, ação ou exercício e não como essência (SEIXAS, 2011). Em segundo lugar a estratégia dessas relações que se caracteriza por interferir diretamente sobre as ações cotidianas dos indivíduos e não mais sobre seus corpos, tal como era o suplício no poder soberano. Isso significa que o território passa a desempenhar um papel estratégico para a uma razão de Estado que se vai constituir a partir daquele momento, na medida em que representa um meio eficaz para interditar e induzir as ações dos indivíduos.

Para Foucault a era da governamentalidade é essencialmente urbana, assim como a polícia e suas atribuições de regulamentar os indivíduos e o território (Foucault, 2008). Segundo o autor, é nesse momento que se estabelece o estreito vínculo entre razão de Estado, poder de polícia<sup>3</sup> e atividades de mercado no sentido promover o “bom governo” e o “melhor viver” da população. É justamente na cidade-mercado que esses elementos encontram a possibilidade de sua realização:

---

<sup>2</sup> Período que se inicia após o que o autor nomeia por época da soberania ou do poder soberano.

<sup>3</sup> Segundo Foucault o poder de polícia é distinto do poder de justiça. A polícia, nos séculos XVII e XVIII, era essencialmente pensada no sentido de promover a urbanização do território, regulamentando os lugares onde a população se reunia, Morava e circulava (FOUCAULT, 2008, p.452).

É um feixe de relações inteligíveis analisáveis que possibilitam ligar, como as faces de um mesmo poliedro, um certo número de elementos fundamentais: a formação de uma arte de governar, que seria ajustada ao princípio da razão de Estado; uma política de competição na forma do equilíbrio europeu; a busca de uma tecnologia de crescimento das forças intra-estatais por meio de uma polícia que teria essencialmente por finalidade a organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitação, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado. Não estou dizendo que é nesse momento que nasce a cidade-mercado, mas creio que o fato de a cidade-mercado ter se tornado o modelo da intervenção estatal na vida dos homens é o fato fundamental do século XVII (FOUCAULT, 2008, p.455).

A cidade-mercado, para o filósofo, desempenha a condição de possibilidade para que uma determinada razão de Estado se estabeleça e, para que isto se realize plenamente, vai se valer do poder de polícia no sentido de garantir a urbanidade necessária para a produção e circulação das mercadorias: “Há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a idéia de transferir a polícia para a escala geral do reino. [...] policiar e urbanizar é a mesma coisa” (FOUCAULT, 2008, p.453).

Esta afirmação nos conduz à hipótese<sup>4</sup> de que o urbanismo, aqui entendido enquanto campo do conhecimento que discute e planeja as ações no território, se configurou historicamente como um dispositivo de disciplina e controle a serviço dessa nova razão de Estado – governamentalidade –, que começa a ser desenhada a partir do sec. XVII e atinge seu auge nos séculos XIX e XX.

Este é o argumento que se vai procurar construir ao longo deste trabalho, tendo como ponto de partida o entendimento de alguns conceitos essenciais de Foucault que vão nortear esta discussão, tais como governamentalidade e dispositivo, deixando claro que o objetivo aqui não é esgotá-los, mas utilizá-los enquanto instrumentos que possam contribuir para o esclarecimento de algumas aproximações entre o urbanismo e o conceito de dispositivo.

Tal como pontuou Foucault, suas metodologias se ajustaram aos conceitos que lhe interessavam trabalhar, daí não haver uma universalidade que as caracterizem como procedimentos padrão. Há uma abertura para os ajustes que se fizerem necessários, em função da temática abordada:

Se uma ou outra coisa (em termos de abordagem ou de método) que acreditei poder utilizar na psiquiatria, na penalidade, na história natural pode lhes servir, fico satisfeito. Se forem obrigados a recorrer a outros ou a transformar os meus instrumentos, mostrem-me, porque também poderei lucrar com isso (FOUCAULT, 2015b, p.247).

## 1. DA GOVERNAMENTALIDADE

Governar, antes de adquirir um sentido essencialmente político a partir do século XVI e XVII, estava associado a uma série de significados – conduzir alguma coisa ou alguém, impor algum regime, cuidar da subsistência de uma coletividade. Enfim, envolvia um vasto conteúdo semântico que incluía não apenas o controle em relação ao outro, mas também em relação a si mesmo, seja

---

<sup>4</sup> Que está sendo aprofundada na tese de doutoramento atualmente em curso.

no que se refere ao corpo, a alma, a maneira de agir, seja em relação às verdades de cada um e da coletividade.

Para Foucault (2008), a ideia de um governo dos homens tem sua origem no Oriente Mediterrâneo pré cristão - e depois se consolida no cristianismo ocidental – a partir de um vínculo entre a imagem do pastor que conduz seu rebanho e as figuras do rei, do sacerdote ou do chefe que conduz seu povo:

A verdadeira história do pastorado, como foco específico de poder sobre os homens, a história do pastorado como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens, essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo. [...] Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto de sua salvação e na escala da humanidade – é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades (FOUCAULT, 2008, p.196).

Essa metáfora designa uma relação na qual os soberanos ou sacerdotes, vistos como representantes de Deus (o grande pastor dos homens), desempenham a função de conduzir os homens em suas jornadas e de restituí-los a Deus ao final, tal como o pastor que traz suas ovelhas à casa quando finda o dia. O objetivo essencial é, neste caso, garantir o retorno incólume do rebanho, sua salvação depois da jornada. O pastor também é aquele que zela por seu rebanho, vigiando-o todo o tempo de maneira a estar atento a tudo o que lhes possa acontecer. Assim, nenhuma ovelha pode lhe escapar. Cuida de todas mas reconhece cada uma em sua individualidade. É um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um (FOUCAULT, 2008).

Nesse sentido, o poder pastoral deu início a uma arte de conduzir, de guiar, mas também de vigiar, de controlar e de manipular os homens, de forma individual e coletiva: “Em suma, o pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica. É uma coisa inteiramente diferente. É uma arte de governar os homens” (FOUCAULT, 2008, p. 219).

### **1.1 Da Soberania Às Artes De Governar**

A partir do século XVI a Europa enfrenta o desafio da convergência de dois processos importantes: um que diz respeito à superação de uma sociedade basicamente feudal e dispersa em direção à uma concentração territorial do Estado-nação (inclusive com suas colônias) o que passa a demandar novos procedimentos no que diz respeito à administração e à gestão mais centralizadas; e outro, que se traduz pelo movimento de Reforma da Igreja - posteriormente pela Contrarreforma-, e que por sua vez modificam o modo como a sociedade passa a ser conduzida espiritualmente. Há uma crise geral do pastorado e a busca de outras modalidades de direção espiritual. Até então essa direção se concentrava nas figuras do soberano e do sacerdote (algumas vezes representados por uma mesma pessoa), mas começa a se dispersar a partir desse momento em novas verdades e credos (católicos, luteranos, etc.). Ao mesmo tempo em que há um movimento de dispersão pela religião há, em contraposição, um outro movimento de concentração por parte do Estado: “É no encontro desses dois movimentos que se coloca, com intensidade particular no séc. XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc.” (FOUCAULT, 2015d, p.408).

Na soberania a habilidade do príncipe consistia basicamente em conservar o seu principado e seus “objetos” - territórios e súditos, obtidos por herança ou conquista, e aos quais ele tem o dever de manter e proteger, “pode-se dizer que o território é o elemento fundamental tanto no principado de Maquiavel como da soberania jurídica, tal como definem os filósofos ou os teóricos do direito

[...] é o próprio fundamento do principado ou da soberania” (FOUCAULT, 2015d, p.414-415). Trata-se, segundo o autor, de um exercício de poder, cuja finalidade é o bem comum, entendido como obediência à lei e submissão absoluta (uma lei que se ancora no que Deus impôs à natureza e aos homens, portanto, com forte apelo divino e transcendente. A Deus, o soberano absoluto, não se questiona). Nessa época não se poderia ainda falar em arte de governar tal como entendido a partir do século XVII, mas apenas de proteger o território, mantendo-se a ordem e a obediência às leis.

O príncipe ou soberano é único em sua forma de se relacionar com seu principado. Não há relação de poder semelhante à dele naquele grupo social, é uma relação de singularidade. Além disso ele está numa posição de exterioridade em relação ao principado que recebeu por herança, por conquista ou por acordo com outros soberanos, portanto sem vínculos de pertencimento natural ao território. Por fim, trata-se de uma relação de transcendência por representar o poder absoluto de Deus.

As teorias das Artes de Governar, por sua vez, se caracterizam pela multiplicidade pois muita gente governa no mesmo grupo social (o pai de família, o mestre, o superior de uma ordem religiosa, inclusive o chefe de Estado que se alterna). O governo de Estado não é, senão, uma dessas modalidades (com características próprias evidentemente), mas apenas uma das formas de governo. Também há uma diferença em relação à soberania no que diz respeito à posição. Aqueles que governam fazem parte da sociedade, ou seja, não nasceram governantes. Estão, portanto, em posição de interioridade em relação à sociedade que governam e suas práticas são imanentes, não há representação de qualquer poder transcendental: “Existem assim, simultaneamente, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado, multiplicidade e imanência das suas atividades, que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do Príncipe de Maquiavel” (FOUCAULT, 2015d, p.412).

Segundo Foucault, resgatando *La Mothe Le Vayer*, existem três tipos de governo: "o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; e a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política" (FOUCAULT, 2015d, p.412). É possível estabelecer algumas relações de continuidade e descontinuidade entre essas três formas de governo para se compreender o que seriam as artes de governar para o autor:

Enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano procura incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder, as teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade, ascendente e descendente. Continuidade ascendente no sentido de que aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio. [...] Continuidade descendente no sentido de que, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem. [...] A pedagogia do príncipe assegura a continuidade ascendente da forma de governo; a polícia, a continuidade descendente. E, nos dois casos, o elemento central dessa continuidade é o governo da família, que se chama de economia. [...] Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle, tão atenta quanto a do pai de família." (FOUCAULT, 2015d, p.412 e 413).

Uma nova forma refletida de governo abriu possibilidades para que o mercantilismo se introduzisse no seio de uma estrutura mental e institucional típicas ainda da soberania (FOUCAULT, 2015d), ao mesmo tempo que permitiu a perspectiva de uma nova economia fundada



no exercício político (economia política). O Mercantilismo para Foucault (2008) não foi uma doutrina econômica. Foi mais do que isso: uma forma de organização da produção e dos circuitos comerciais na qual o Estado deveria se enriquecer primeiro, se fortalecer pelo crescimento da população e se manter em condições permanentes de concorrência com as demais nações. Isso amplia sobremaneira a preocupação puramente territorial do soberano para uma outra série de interesses do Estado (acumulação, população, concorrência), inaugurando um novo momento que começa a ser desenhado em termos de práticas governamentais.

Mesmo com todas essas transformações em curso ainda era necessário superar o impasse gerado entre uma prática de governo vinculada apenas à família (um bom pai que conduz de forma correta a economia da casa), portanto um governo ainda em escala doméstica e reduzida, e um Estado Nacional emergente que demandava outras escalas bem mais ampliadas de governo. Nesse sentido ocorre uma inflexão que desbloqueia definitivamente as artes de governar entre os séculos XVI e XVII, removendo os obstáculos remanescentes da soberania e do modelo familiar do bom governo dos indivíduos. A família passa de modelo da boa economia à condição de instrumento de controle das populações (através das campanhas dedicadas ao casamento, a propriedade, ao controle da natalidade e da saúde). Este duplo deslocamento: do indivíduo para as populações e da família da condição de modelo para a de instrumentação dessas populações permite, finalmente, o desbloqueio da arte de governar. Com isso a população passa a ser a finalidade do governo (não mais o território ou o súdito), demandando respostas estatísticas, previsões e novas formas de controle que podem ser diretas (através de campanhas) ou indiretas (sem que as pessoas se apercebam que estão sendo conduzidas a morar em determinados lugares ou a exercer alguma atividade específica) (FOUCAULT,2015d).

A noção de economia também se modifica. Da ideia inicial de governo da família (seus bens, as associações necessárias, etc.) ela se amplia para uma rede maior que inclui a população, a riqueza e o território, numa escala que extrapola a gestão doméstica e constitui uma ciência denominada por “economia política”. No âmbito dessa nova economia a população adquire um outro significado. Não se trata mais apenas de garantir uma grande quantidade de mão-de-obra, é preciso deixar que o número de pessoas se ajuste em função da situação, ou seja, em função dos recursos que serão postos à sua disposição. A liberdade de comércio e a auto-regulação do mercado vão determinar essa situação, e para isso será preciso deixar agir a livre concorrência apoiada por um Estado que garanta os mecanismos (ou dispositivos) necessários à concretização dos interesses particulares.

Em síntese, os dispositivos serão elementos estratégicos para a consolidação de uma nova arte de governar, e para a qual o território também passa a ter outro significado. De mero objeto ou posse de um soberano o território adquire importância enquanto elemento estruturador dessa nova economia: é condição e meio para a produção, circulação e consumo, além de mercadoria para o mercado da propriedade privada, que se consolida cada vez mais.

## 2. O QUE É UM DISPOSITIVO?<sup>5</sup>

O termo dispositivo, segundo a definição de alguns dicionários de língua portuguesa<sup>6</sup>, é um substantivo que significa “mecanismo destinado à obtenção de um fim” e também um adjetivo que nos remete a ideia de “conter uma disposição, ordem ou prescrição”. É comum nos dicionários o termo estar associado a uma série de campos de saber (filosofia, matemática, medicina, teatro, informática) e também a instituições (jurídicas, militares). Enfim, trata-se de um vocábulo que abrange ideias de ordenamento, assim como de função ou estratégia para se alcançar algum objetivo. Para Foucault o termo dispositivo designa

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2015c, p.364).

É possível reconhecer na definição de Foucault, assim como no significado atribuído pelos dicionários populares de língua portuguesa, uma associação do vocábulo a discursos de vários campos de saber (do direito, da ciência, da filosofia, dentre outros), aos quais Foucault nomeia por ‘ditos’ ou elementos discursivos. Da mesma forma, identificam-se também como partes do conceito foucaultiano de dispositivo as instituições e organizações (assim como práticas diversas), às quais ele nomeia por ‘não ditos’ ou elementos não discursivos. Portanto, é possível inferir que o termo dispositivo pode ter sido escolhido pelo filósofo exatamente pelo grande alcance de suas interlocuções e significados, dimensão necessária a um conceito de natureza tão abrangente em sua obra.

Para Agamben (2005, p.11) esta coincidência também parece evidente:

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece se referir a disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito.

A diferença é que para Foucault o significado de dispositivo não se encontra fragmentado e disperso, tal como nos dicionários. Para ele dispositivo é justamente o encontro de todos esses elementos, organizados como uma rede, em torno da obtenção de um fim específico: “entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2015c, p.365).

Em suma, o dispositivo para Foucault se constitui a partir de uma estrutura de elementos heterogêneos (discursivos e não discursivos) mas que possuem uma gênese comum: atender a uma função estratégica, ou objetivo, que por sua vez responde a demandas de um determinado momento histórico.

Um outro atributo importante do dispositivo é sua capacidade de ação para atingir seus objetivos, o que determina um caráter dinâmico ao seu significado. Para Foucault isto é possível porque o

<sup>5</sup> Este subtítulo eu tomo de empréstimo de Gilles Deleuze, que o utilizou em seu ensaio - *Qu'est que c'est un dispositif* -, apresentado no *Colloque International* dedicado à Michel Foucault, evento organizado após a sua morte pela *Association pour le centre Michel Foucault*, de 9 a 11 de janeiro de 1988.

<sup>6</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/dispositivo> [consultado em 31-10-2016].



dispositivo se constitui por relações de força que atuam de maneira a direcioná-lo para esses objetivos. Essas relações, por sua vez, estão sempre inscritas em um jogo dinâmico de poder que pressupõe um saber que o orienta e que por ele é configurado: “É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2015c, p.367).

Segundo Dreyfus e Rabinow (2013, p. 160-161), o dispositivo pode ser visto como uma ‘grade de inteligibilidade’ que funciona como uma matriz de análise construída pelo historiador, e a partir da qual se poderia revelar as estratégias das diversas relações de forças ali envolvidas, sejam de saber ou de poder. Entretanto, ainda segundo esses autores, Foucault deixou poucas pistas em relação a aplicação do dispositivo enquanto técnica (limites, exigências, componentes, dentre outros), apesar de já deixar explícita a complexidade de seus elementos.

Agamben (2005), por sua vez, reconhece o uso frequente do termo dispositivo por Foucault na metade dos anos 1970, mas, assim como muitos outros seguidores e críticos, também concorda que sua utilização nunca teve uma definição completa por parte de Foucault (CHIGNOLA, 2003, p.4). Agamben associa o uso do termo dispositivo a um desdobramento ou aperfeiçoamento do termo positividade, também muito utilizado pelo filósofo nos anos 1960:

Em particular, o termo ‘positividade’ tem em Hegel o seu lugar próprio na oposição entre ‘religião natural’ e ‘religião positiva’. Enquanto a religião natural diz respeito a imediata e geral relação da razão humana com o divino, a religião positiva ou histórica compreende o conjunto das crenças, das regras e dos ritos que em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior (AGAMBEN, 2005, p.10).

Para ele, essa associação se deu a partir da leitura de um ensaio escrito por Jean Hyppolite<sup>7</sup>, no qual é destacado o conceito de positividade na obra de Hegel. Para este o termo positividade está associado ao elemento histórico, ou seja, a toda bagagem que a história carrega (regras, ritos, instituições) e que é imposta aos indivíduos a partir de um ‘poder externo’. Ou seja, o mesmo sentido que tem o termo dispositivo para Foucault no que diz respeito à diversidade de conteúdos e ao elemento histórico. A divergência fica por conta da tentativa de Hegel em conciliar o conflito entre o que é natural e o que é positividade, o que vai na contramão do pensamento de Foucault. Este, por sua vez, está interessado nos modos como as relações de força que operam nessas positivities (ou dispositivos) atuam nos jogos de poder.

Além disso, Agamben associa a esse conceito uma universalidade que Foucault rejeita em todo seu trabalho, portanto há que se considerar com prudência a associação dos termos positividade e dispositivo. Para Chignola (2003), há que se marcar duas questões importantes que distanciam as interpretações de Agamben: primeiro o fato de considerar o poder como algo externo que se impõe aos indivíduos. Isso vai se contrapor radicalmente à ideia de poder em Foucault que o considera parte do dispositivo e nunca algo externo a ele. Em segundo lugar, toda a análise de Foucault é histórica e nunca universal e constante.

---

<sup>7</sup> Jean Hyppolite foi um filósofo francês estudioso de Hegel e de outros filósofos alemães, além de ter sido mestre e orientador de Foucault (portanto alguém que muito influenciou o seu pensamento). Segundo Agamben (2005) Hyppolite publicou um ensaio, cujo terceiro capítulo assim nomeou: *Raison et histoire. Les idées de positivité et de destin*. Neste ensaio ele analisa duas obras de Hegel que o teriam conduzido à associação do termo positividade ao de dispositivo em Foucault: ‘O espírito do cristianismo e o seu destino’ e ‘A positividade da religião cristã’.

Por outro lado, há um entendimento da matriz do termo dispositivo que aqui nos parece mais alinhado com o pensamento de Foucault, uma vez que ele mesmo mencionou essa aproximação em uma entrevista: “o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a episteme. Ou melhor, que a episteme é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos muito mais heterogêneos” (FOUCAULT, 2015c, p. 367). Revel reafirma esta associação entre os conceitos de episteme e de dispositivo. Segundo a filósofa francesa “a noção de dispositivo substitui pouco a pouco aquela de episteme, empregada por Foucault, [...] em ‘As palavras e as coisas’ e até o final dos anos 60” (REVEL, 2005, p.40), período no qual o autor estava envolvido com a questão do que é o saber.

Importante registrar que episteme não é sinônimo de saber, é uma configuração específica que o saber assume em um determinado momento histórico e que o qualifica (MACHADO, 2007, p.133), como se fossem condições específicas que permitem emergir determinadas formas de discurso. Dai a separação que o autor faz entre epistemologia e arqueologia. A primeira teria como objeto de análise a ciência e a segunda realiza a história dos saberes, portanto distingue a história da ciência da história das ideias. Episteme para ele é o conjunto das condições que estabelece, em uma determinada época, o que é ou não qualificado enquanto discurso de verdade.

Em síntese, é possível identificar duas coincidências importantes entre episteme e dispositivo, que nos permitem associá-los em seus significados, entendendo o primeiro como matriz do segundo. Moro Abadía (2003) sintetiza essas aproximações em relação a dois aspectos estruturantes. O primeiro diz respeito ao espaço que ocupam: “*son significantes per se, sino que adquieren su significado por la posición que ocupan en un determinado espacio, por la función que desempeñan y por el tipo de relaciones que entablan entre ellos*”<sup>8</sup>. O segundo diz respeito à pluralidade de elementos que os configuram: “*la épistémé como el dispositivo definen multiplicidades de elementos: la primera hace referencia a la pluralidad de componentes del espacio del saber, el segundo a un conjunto de piezas que, en forma de réseau [rede], estructuran un espacio determinado*”<sup>9</sup> (MORO ABADÍA, 2003, p.35). Portanto, são coincidentes no que diz respeito ao caráter relacional bem como em relação à diversidade de elementos que os constituem, o que acaba por evidenciar a associação entre ambos, ou melhor, a afirmativa de que há um desdobramento do conceito de episteme em dispositivo.

Num Colóquio sobre a obra de Foucault realizado após sua morte em 1988, Deleuze propõe um entendimento mais ampliado e dinâmico. Para ele o conceito de dispositivo deve ser lido a partir de quatro linhas de força principais. As duas primeiras se referem às dimensões já descritas por Foucault no conceito de episteme, ou seja, ao saber reconhecido enquanto verdade de um determinado tempo histórico. A terceira linha, que Deleuze nomeia apenas por linhas de força, está associada a ideia de movimento e de ação do dispositivo na direção de seu objetivo ou função. Trata-se das dimensões do poder e do saber que se entrecruzam e agregam caráter relacional ao dispositivo. Por último a linha da subjetivação, é aquela que volta para o sujeito, atuando sobre ele mesmo, modificando-o e constituindo-o. É a dimensão do ‘si mesmo’, uma linha de fuga que escapa às linhas anteriores pois não se relaciona diretamente com o saber e o poder, mas nem todo dispositivo a possui necessariamente.

---

<sup>8</sup> “são significantes por si mesmos, mas adquirem seu significado pela posição que ocupam em um determinado espaço, pela função que desempenham e pelo tipo de relações que estabelecem entre eles” (tradução nossa).

<sup>9</sup> “a episteme, assim como o dispositivo, definem multiplicidades de elementos: a primeira faz referência a pluralidade de componentes do espaço do saber, o segundo a um conjunto de peças que, em forma de rede, estruturam um espaço” (tradução nossa).

### 3. O URBANISMO COMO DISPOSITIVO?

Se o dispositivo pode ser entendido enquanto um conjunto heterogêneo (de elementos discursivos e não discursivos) que atua no sentido de alcançar um determinado objetivo e, se a nova arte de governar, a qual Foucault denomina por governamentalidade, se utiliza de mecanismos estratégicos para sua consolidação, é possível compreender a aproximação entre dispositivo e governamentalidade. Ou seja, o dispositivo tem a propriedade de atuar na direção de se obter um propósito e a governamentalidade depende de mecanismos que viabilizem seus objetivos. A primeira constatação é que o primeiro se torna condição de realização do segundo, como já afirmava Foucault.

Há uma outra constatação a ser feita e para a qual torna-se necessário recuperar a definição de Foucault sobre o papel desempenhado pelas relações de força (ou linhas de força, segundo Deleuze). Segundo o autor elas são partes integrantes do dispositivo capacitando-o para a ação, ou seja, são os elementos que lhe conferem a necessária dinâmica para alcançar seus objetivos, a partir do saber. Há nesta afirmativa um duplo reconhecimento: da capacidade de ação do dispositivo em função das linhas de força que ali atuam; e do entendimento dessas linhas como elementos que sustentam e são sustentados por tipos de saber, que por sua vez lhe conferem poder<sup>10</sup>.

A partir dessas constatações é possível avançar na direção de se compreender o papel do território e do discurso como elementos que compõem as duas primeiras linhas de força do suposto dispositivo urbanismo que aqui se coloca em discussão. É importante lembrar que, para Foucault, assim como para Deleuze, as duas primeiras linhas dizem respeito aos elementos discursivos e não discursivos (heterogêneos), que por sua vez estão associadas ao conceito de episteme. Isto significa que aos saberes que se relacionam a esses elementos deve ser atribuído o status de discurso científico.

O reconhecimento dos elementos discursivos e não discursivos enquanto categorias de conhecimento (portanto, chancelados por uma determinada episteme) e não apenas como meros saberes, só pode ser alcançado na medida em que conformam algum tipo de ciência. Sem este status não há reconhecimento e, portanto, não há acionamento das linhas de poder/saber que conferem dinâmica ao dispositivo. É preciso sua validação enquanto discurso científico para se alcançar os objetivos desejados.

É aí que se dá a aproximação com o campo discursivo do urbanismo, reconhecido enquanto ciência que se debruça sobre as questões urbanas e, portanto, discurso qualificado para dinamizar as linhas de força no sentido de se alcançar vários dos objetivos da governamentalidade. Quando recuperamos a afirmativa de Foucault que nos fala sobre a atuação do poder, não mais nos corpos, mas nas ações dos indivíduos, é possível compreender ainda melhor o duplo papel do território: primeiro enquanto saber do campo discursivo do urbanismo (mapeado e quantificado exaustivamente), portanto linha de força poderosa e qualificada como argumento; e segundo enquanto meio sobre o qual se dão as ações dos indivíduos. Ou seja, o território na era da governamentalidade adquire status de elemento estruturador: é condição de conhecimento e meio para diversas ações - para a produção, circulação e consumo de mercadorias. O território e todos os discursos a ele associados, passam a desempenhar um papel estratégico para a governamentalidade definindo onde moram, trabalham, produzem ou circulam os indivíduos.

---

<sup>10</sup> Saber e poder são indissociáveis para Foucault.

O urbanismo, cuja gênese está associada às demandas urbanas dos séculos XVIII e XIX, nasce orientado para desempenhar as funções urbanizadoras que a polícia até então atendia. Os princípios higienistas e embelezadores que orientavam as condutas disciplinares da época são totalmente incorporados, numa espécie de cientificação das práticas urbanas. O uso do termo diagnóstico, por exemplo, revela a influência desses princípios no discurso urbanístico, associando-o definitivamente a uma ciência capaz de identificar as “doenças” da cidade e, da mesma forma, atribuindo-lhe o poder de conceder a cura. Isto implicou na necessidade de um repertório próprio que restringiu seu entendimento a uns poucos iniciados.

Se na soberania a obediência à Lei era o que garantia o alcance de suas finalidades, na governamentalidade trata-se de “dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada” (FOUCAULT, 2008, p.132). Sob a justificativa da organização do território são estabelecidos os primeiros ensaios daquilo que posteriormente se transformaria em leis de uso e ocupação do solo: determinação das localizações, das circulações, enfim, da hierarquização da cidade. Isto significa que o discurso urbanístico vai evidenciar um outro tipo de relação com o território e com a cidade, agora mediado pelo Estado.

Há, portanto, uma mudança significativa no que diz respeito ao papel atribuído ao território: não mais a proteção, mas um disciplinamento que garanta a primazia da propriedade particular, agora entendida também enquanto mercadoria. Nesse sentido desenvolvem-se uma série de técnicas policiais, médico/sanitaristas e psicológicas que implicam na distribuição dos indivíduos no espaço, organizando-os e aos lugares, de forma funcional e hierárquica. Em nome da “saúde e do bem estar da população” é desmontada a estrutura urbana que até então se constituía basicamente de vias estreitas, becos e vielas, especialmente nas áreas centrais. Em seu lugar um urbanismo pautado por grandes eixos viários que favorecessem a circulação e evitassem a concentração das pessoas e seus possíveis perigos:

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. (FOUCAULT, 2008, p.85).

No que diz respeito especificamente às edificações, a arquitetura projeta colégios, quartéis e prisões tendo como referência o panóptico de Bentham<sup>11</sup>. A disciplina e a vigilância se daria a partir de estratégias tais que os indivíduos não saberiam se estavam ou não sendo vigiados, interiorizando esse olhar panóptico. Não havia um interlocutor visível que se pudesse negociar, mas sabia-se que o olho vigilante os alcançava onde estivessem.

Em relação ao discurso urbanístico, que se faz reconhecido enquanto ciência, é possível também reconhecê-lo enquanto linha de força do dispositivo urbanismo. Segundo Foucault, em toda sociedade há um controle em torno da produção do discurso, nem tudo deve ser dito ou compreendido. Não se pode falar de todas as coisas, em qualquer circunstância, sob o risco de

---

<sup>11</sup> O panóptico (ou sistema pan-óptico) foi um projeto elaborado pelo inglês Jeremy Bentham em 1785, a princípio para ser executado como modelo de penitenciária. A planta era circular com um elemento central, a partir do qual se fazia a vigilância das celas que eram dispostas em círculo. A idéia era vigiar sem que os presos pudessem saber se estavam ou não sendo observados. Este modelo deveria ser adotado por outras instituições que visavam o controle e a disciplina, tais como quartéis, hospitais, escolas e fábricas. Foucault se utiliza desse modelo para ilustrar o funcionamento da sociedade disciplinar e Deleuze para o que ele nomeia por sociedade de controle.

deixar escapar desejos e intenções que poderiam “curtocircuitar” as relações de poder que garantem a eficiência da governamentalidade:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1999, p. 8 e 9).

Esta necessidade de controle do discurso tem como objetivo a exclusão. Seja pelo tabu relativo ao tema ou objeto do discurso (sexualidade, por exemplo), pela circunstância na qual se insere (familiar, pública, etc), pelo direito e privilégio daquele que fala, ou mesmo pela conjuração desses três elementos, é possível criar uma grade ou dispositivo que possa interditar o discurso (FOUCAULT, 1999). Este impedimento tem por objetivo franqueá-lo a apenas um determinado circuito de entendedores, o que significa excluir outros tantos das deliberações que possam ocorrer a partir da compreensão do que está sendo dito. Desta forma, os sujeitos só serão considerados em suas falas se incorporarem discursos cujos conteúdos remetam a um conjunto específico de enunciados, reconhecidos por um mesmo grupo. Só assim terão acesso aos saberes e poderes atribuídos a esse grupo. É preciso, portanto, domínio do discurso, caso contrário haverá rejeição e desqualificação do que foi proferido.

O discurso técnico, por exemplo, apoiado em dados científicos - estatísticas, bases georreferenciadas, indicadores econômicos e sociais -, sempre nos pareceu suficientemente verdadeiro e isento de parcialidade. Sustentados por este argumento urbanistas e planejadores insistem em utilizá-lo como referencial de trabalho, mesmo que não tenham alcance para a população em geral. De certa forma isso também lhes atribui valor enquanto porta-vozes da verdade, além do poder que provém desse saber. A verdade deve prevalecer como o resultado de uma instrumentalização que passa necessariamente pelos livros, bibliotecas e laboratórios. Enfim, pelos sábios da ciência e das instituições, que qualificam o saber em uma determinada sociedade estabelecendo o que é ou não verdadeiro. Essa “vontade de verdade”, tal como o autor afirma, é adotada como suporte institucional e acaba por exercer pressão sobre outros discursos não qualificados, coagindo-os a esse mesmo padrão ou descartando-os.

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro" (FOUCAULT, 2015a, p.51).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governamentalidade, tal como vimos anteriormente, é uma racionalidade, ou uma razão de Estado, que têm a população como objeto, a economia política como principal saber e os dispositivos como instrumentos estratégicos de controle e atuação (FOUCAULT, 2015c, p.429).

Se entendemos dispositivo como um conjunto de elementos discursivos e não discursivos, atuando no sentido de cumprir uma função estratégica para uma determinada governamentalidade, é possível ver muitas aproximações com o urbanismo, aqui entendido como um saber utilizado para mediar uma ação específica de controle e ordenamento do território. Sua forma de atuação, tal como o conceito de dispositivo em Foucault, se dá a partir de práticas discursivas<sup>12</sup> e não discursivas<sup>13</sup>, que por sua vez tem por objetivo (ou função estratégica) o controle e a ordenação dos corpos no território - onde se trabalha, reside, circula, consome, etc.-, de forma a garantir a melhor economia<sup>14</sup> para as populações. Ou seja, o urbanismo, não como resultante de uma ação democrática e emancipadora de transformação do território, mas como um mecanismo a serviço de uma razão de Estado.

A contribuição que se pretende nesta discussão se dá no sentido de aprofundar a compreensão dos mecanismos que atuam por trás do urbanismo, com o objetivo de trazer à luz suas estratégias, táticas e mecanismos. Entende-se que este desvelamento abre-nos a possibilidade de desconstruirmos determinadas práticas comprometidas com as racionalidades do Estado e de buscarmos outras alinhadas a princípios mais inclusivos.

O campo de análise que Foucault nos descortina tem como princípio orientador as lutas e disputas que se dão na cidade, sejam elas em favor da governamentalidade, seja a partir das suas mais diversas formas de resistência. Neste breve ensaio aprofundou-se no entendimento das estratégias e táticas que contribuem para garantir a governamentalidade, mas é importante que se debruce também sobre as outras formas de apropriação do território. Isto significa compreender a produção da cidade a partir dos saberes que não se constituem enquanto discursos legitimados pela ciência. Buscar nas práticas microlocais e nas formas de resistência a potencia negada e desqualificada pelo Estado.

E, se a era da governamentalidade é urbana, também será preciso reconhecer as resistências como parte desse mesmo contexto, e partir dessas lutas para interrogar a lógica do poder, em seus processos e táticas. Se o Estado atua mediante o controle sobre os corpos (biopoder<sup>15</sup>), as resistências por sua vez, também não operam a partir de performances que usam os corpos como instrumentos de enfrentamento (biopolítica)? Para resistir não é necessário que se aja de forma tão inventiva e tão móvel como as forças que atuam em sua direção?

Mas não se deve entender essas lutas apenas como ação e reação, poder e contra-poder, é importante que se façam algumas considerações. Segundo Judite Revel, é preciso:

---

12 Discursos em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita: decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, projetos urbanísticos, dentre outros.

13 Práticas econômicas, políticas e sociais (instituições, intervenções e interdições do e no território).

14 Entenda-se aqui economia no sentido do governo que cuida da população, da riqueza e do território assim como um pai cuida de sua família, mas em um sentido ampliado - uma economia fundada no exercício político.

15 Biopoder como poder sobre a vida, diferentemente de biopolítica que é uma expressão da potência da vida. Esta diferença pode ser reconhecida como herança de Spinoza que identifica o poder numa perspectiva distinta de potência (potestas e potentia) (REVEL, 2009, p.57).



[...] *romper con el círculo dialéctico que convertiría insidiosamente cualquier contra-poder en otro poder; o que se limitaría a describir el movimiento de la resistencia a los poderes como una especie de paréntesis de liberación frágil, rápidamente reabsorbida por la gran onda expansiva del poder mismo.[...] definirse sólo en referencia a ese poder, como el otro combativo de ese poder, es seguir siendo su doble invertido* (REVEL, 2009, p.57)<sup>16</sup>.

A resistência não pode ser vista apenas como uma resposta ao poder, como algo reativo e negativo, é preciso identificar seu caráter operatório e positivo como afirmou Foucault, ao qual Revel (2009) sintetiza como *asimetria resistencial*. É preciso retirar a resistência do círculo dialético poder/contra-poder, entendendo-a a partir de seus excessos e das suas diferenças qualitativas.

Essa assimetria também Foucault reconhece quando desloca o poder de um lugar monolítico e centralizador, de uma condição de objeto a ser negociado de forma contratual, identificando-o em sua dimensão reticular e ínfima nos aspectos mais sutis da vida cotidiana. O ponto de partida passa a ser, então, o entendimento dessas lutas, suas táticas e estratégias de poder, que por sua vez, atuam em todas as instâncias, seja nas racionalidades governamentais, seja nas resistências urbanas.

Esses deslocamentos nos possibilitam destituir do poder o caráter descendente que até então se lhe era atribuído, incluindo-o num movimento ascendente, ou seja, numa dinâmica que parte de seus menores mecanismos – microfísica do poder – em direção ao centro (ou ao alto). Também possibilita reconhecer seu caráter positivo, ou seja, de atributo operatório produtor de saber e de subjetividade, potência capaz de transformação.

Nesse sentido, se a cidade vista a partir de Foucault nos mostra a ordenação, a disciplina e a vigilância sobre os corpos e sobre a população, por outro lado, nos revela também a potência das ações microlocais, a partir dos seus processos de disputa e de das lutas cotidianas. A cidade vista como uma prática espacial continuada para a qual é necessária uma cartografia de múltiplos registros.

---

<sup>16</sup> Romper com o círculo dialético que converteria insidiosamente qualquer contra-poder em outro poder; ou que se limitaria a descrever o movimento da resistência aos poderes, como uma espécie de parêntesis de liberação frágil, rapidamente reabsorvida pela grande onda expansiva do poder. [...] defini-la somente em referência a esse poder, como o outro combativo desse poder, e seguir sendo seu duplo invertido (tradução nossa).

## REFERENCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Outra travessia, Florianópolis, n. 5, jan. 2005, p. 9-16. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743> Acesso em: 25/08/2016.
- CARVALHO, Maria Manuela. **Atualizações em Foucault:** Aplicações Da Noção De Dispositivo ao VIH/SIDA. Porto, Portugal: Editora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2010.
- CHIGNOLA, Sandro. **Sobre o Dispositivo.** Foucault, Agambem, Deleuze. Tradução de Sandra Dall Onder. Cadernos IHU ideias, ano 12, n. 214, vol.12 . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) 2003. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/214cadernosihuideias.pdf> Acesso em: 28/08/2016.
- DELEUZE, Gilles ¿Que é un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo.** Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/> Acesso em: 07/08/2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Anti-Oedipus:** Capitalism and Schizophrenia, New York: Viking Press, p. XI-XIV, 1977.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma Trajetória Filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª edição rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013
- FISCHER, Rosa Ma. Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação.** Cadernos de Pesquisa [online], n. 114, São Paulo, Nov./2001, p.197-223. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000300009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000300009&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 02/07/2016.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. Tradução de Lilian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. In: MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a, p.35 a 54.
- \_\_\_\_\_. Sobre a geografia. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. In: MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b, p.244 a 261.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. Tradução de Angela Loureiro de Souza. In: MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015c, p. 361 a 406.
- \_\_\_\_\_. A governamentalidade. Tradução de Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. In: MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015d, p. 407 a 431.

- \_\_\_\_\_ O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma Trajetória Filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª edição rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- \_\_\_\_\_ **Segurança, Território e População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão, 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_ **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_ Préface à la traduction américaine du livre de Gilles Deleuze et Felix Guattari, L'Anti-Oedipe : capitalisme et schizophrénie. Dits et Ecrits tome III texte n°189 (1ère Edition 1994), p. 133-136. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/PrefaceFoucaultDeleuezGuattari.html> Acesso em: 01/10/2016.
- MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3.ed. rev. E ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MORO ABADÍA, Oscar. **¿Qué es un dispositivo?** Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales, [S.l.], n. 6, p. 29-46, oct. 2003. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/933> Acesso em: 28/08/2016.
- REVEL, Judith. Sobre las resistencias, las subjetividades y lo común. In: **Multitud singular**: el arte de resistir. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2009, p.56-66. Disponível em: <https://issuu.com/elvivero/docs/multitudsingular> Acesso em 30/01/2015.
- \_\_\_\_\_ **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. **A condição estratégica do exercício do poder em Michel Foucault**. Argumentos Revista de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia-UFC/ICA, ano 3, n° 5, p. 71-80, 2011. Disponível em: <http://www.dvprppg.ufc.br/argumentos/index.php/argumentos/article/view/30> Acesso em: 10 /09/2016.